

CLIPPING IMPRESSO 11/05/2012



INDICE

1.	JORNAL A TARDE		
	1.1. SEM ASSUNTO	1 -	7
2.	JORNAL AQUI		
	2.1. SEM ASSUNTO	8	
3.	JORNAL ATOS E FATOS		
	3.1. SEM ASSUNTO	9 –	13
4.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS		
	4.1. SEM ASSUNTO	14 -	- 2
5.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO		
	5.1. SEM ASSUNTO	22 -	- 2
6.	JORNAL EXTRA		
	6.1. SEM ASSUNTO	24 -	- 2
7.	JORNAL O DEBATE		
	7.1. SEM ASSUNTO	26 -	- 2
8.	JORNAL O IMPARCIAL		
	8.1. SEM ASSUNTO	28 -	- 3
9.	JORNAL O QUARTO PODER		
	9.1. SEM ASSUNTO	37 -	- 4
10	. JORNAL PEQUENO		
	10.1. SEM ASSUNTO	42 -	- 4

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - PAG.: 02

POSITIVA - CM.: 64 (16 x 4 col)

INFORMAÇÕES DO TJ IRÃO AUXILIAR O MPE NA APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA

Informações do TJ irão auxiliar MPE na aplicação da Lei da Ficha Limpa

Guerreiro Júnior prometeu transparência nas informações



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao procurador regional eleitoral, Marcílio Nunes Medeiros, que vai auxiliar o Ministério Público Eleitoral com o fornecimento da lista de condenados em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão colegiado desde julho de 2004, ou que encerraram o cumprimento da pena nesse mesmo período, conforme solicitação do órgão.

"O Poder Judiciário está à disposição do Ministério Público Eleitoral no sentido de dar transparência às informações. Vou encaminhar a recomendação aos juízes com urgência e orientá-los no sentido de que a sigam à

risca, zelando pelo êxito das eleições com o cumprimento da Lei da Ficha Limpa", disse o Guerreiro Júnior, em reunião com o procurador nesta quintafeira

Durante o encontro, o procurador solicitou também a Guerreiro Júnior lista com identificação completa das pessoas punidas e cópia da decisão judicial que determinou a sanção, nos casos de inelegibilidade estabelecidos em lei.

Além dos crimes eleitorais com pena privativa de liberdade, a lista inclui os crimes contra a economia popular, a fé pública, o patrimônio público, o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais, os previstos na lei que regula a falência, o meio ambiente e a saúde pública.

Relaciona ainda os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de tráfico de entorpecentes e drogas, de abuso de autoridade nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação par ao exercício de função pública, de racismo, tortura, terrorismo e hediondos, trabalho escravo, contra a vida e a dignidade sexual, e aqueles praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 52 (13 x 4 col)

TJ COMEMORA DIA DAS MÃES COM SHOW E PRÊMIOS

TJ comemora Dia das Mães com show e prêmios



🖒 Desembargadores Maria dos Remédios Bruna e Guerreiro Júnior na festa do dias das Mães no TJ

Pág. 7



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - PAG.: 07

POSITIVA - CM.: 40 (10 x 4 col)

TJ COMEMORA DIA DAS MÃES COM SHOW E PRÊMIOS

TJ comemora Dia das Mães com show e prêmios

Desembargadores Maria dos Remédios Bruna e Guerreiro Júnior na festa do dias das Mães no TJ



O Tribunal de Justiça reuniu centenas de servidoras para manhã festiva nesta quinta-feira (10), no seu auditório, antecipando as comemorações pelo Dia das Mães, com distribuição de prêmios e show musical da vocalista Teresa Canto. O presidente Guerreiro Júnior e a vicepresidente Maria dos Remédios Buna acompanharam o evento desde o início.

O presidente falou da ausência de sua mãe Célia Anchieta Guerreiro, falecida no ano de 2006, da importância de uma mãe para a família, e da responsabilidade de educar. "Nesse dia quero transmitir todo o carinho, amor que o Tribunal de Justiça faz nesse momento para as mães", disse, parabenizando as mães presentes.

A vice-presidente Maria dos Remédios Buna, muito emocionada, falou da alegria de ainda ter o privilégio de ter ao seu lado a mãe de 92 anos. A desembargadora, mesmo não sendo mãe biológica, se dedica às pessoas com o mesmo amor e dedicação. "Jesus abençoe a todas as mães e as futuras mamães", enfatizou.

O Cerimonial do TJ organizou o sorteio de mais de 30 prêmios, desde passagem área a eletrodomésticos - todos oferecidos por parceiros do Judiciário. Teresa Canto, por sua vez, levantou o auditório com sucessos.

Os juízes auxiliares da presidência, José Nilo Ribeiro Filho e Kleber Costa Carvalho, os diretores Sumaya Heluy (Geral), Daniel Gedeon (Recursos Humanos) e Francisco Adalberto Moraes (Administrativo) participaram da festa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - PAG.: 07

POSITIVA - CM.: 80 (20 x 4 col)

DPE E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA VÃO REALIZAR SEMINÁRIO PARA DISCUTIR PESSOAS EM

SITUAÇÃO DE RUA

DPE e Ministério da Justiça vão realizar seminário para discutir pessoas em situação de rua

O defensor geral do estado, Aldy Mello de Araújo Filho, reuniu-se em Brasília, nesta semana, com o coordenador geral de Modernização e Administração da Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), Eduardo Machado Dias, para tratar da realização, no segundo semestre, de um seminário voltado a articular a criação de uma rede de proteção a pessoas em situação de rua no estado.

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) se habilitou, ano passado, durante reunião do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), a realizar o evento, já ocorrido em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. O objetivo do seminário, segundo o defensor geral, é mobilizar o poder público e a sociedade para construir formas de garantir direitos a essa população. "Quem vive na rua, vive em total invisibilidade. Não se pode mais simplesmente fazer de conta que o problema não existe. No Maranhão é grande o número de pessoas em situação de rua. O seminário é apenas o primeiro passo para que estado, município, entidades de defesa de direitos humanos e instituições públicas assumam suas responsabilidades no enfrentamento do problema", afirmou.

De acordo com estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Brasil, existem 31.922 pessoas vivendo em situacão de rua, sendo 82% homens e 18% mulheres. Do total, 28,2% têm entre 25 e 34 anos; 89,5% não têm acesso a programas governamentais; 60% têm o primeiro grau incompleto e 15% nunca estudaram. Somente em São Paulo existem mais de 13.666 pessoas nessa condição. Na capital maranhense, locais como o Centro Histórico, Largo do Carmo, Renascença, nas proximidades do Marco Center e Cohab, próximo ao retorno da Forquilha, são áreas com grande fluxo e convergência de pessoas em situação de rua.

Ao final do encontro com Eduardo Machado Dias, que também contou com a participação da especialista em políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Reforma do Judiciário, Roberta Tiemi Saita, ficou acordado que caberia à DPE, a partir da experiência dos seminários já ocorridos, elaborar o conteúdo programático do evento,

e mobilizar os representantes dos movimentos da população em situação de rua e das redes municipal e estadual de atenção a essa população a participar do evento, cabendo à SRJ a indicação de técnicos do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para auxiliar nos trabalhos.

Convênio

Na mesma oportunidade, o defensor geral solicitou à SRJ, por meio de sua coordenadoria de Modernização, a renovação de convênio firmado entre o MJ e a DPE/MA para a prestação de assistência jurídica a presos e seus familiares. Seria a terceira renovação do convênio que, desde 2009 vem contribuindo para o enfrentamento da questão carcerária no estado.

"A renovação do convênio é importante porque através da equipe técnica contratada (estagiários, assistentes sociais, psicólogos e administrativos), a DPE tem executado, em parceria com o TJ e a Sejap, importantes projetos de ressocialização de internos e egressos do sistema prisional, através do encaminhamento a cursos de qualificação e ao mercado de trabalho", disse Aldy Mello Filho.

Com o projeto Assistência Jurídica, Integral e Gratuita aos Presos e Familiares, realizado em parceria com o Ministério da Justiça, a DPE/ MA ampliou a assistência jurídica a esse segmento da sociedade, por meio de uma equipe interdisciplinar composta por defensores públicos, assistentes sociais e psicólogos. As ações e atividades desenvolvidas com vistas à melhoria do sistema penitenciário maranhense têm respaldo no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país.

O Programa articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do Pronasci, destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - RÁDIO ESCUTA - RAIMUNDO FILHO - PAG.: 02

POSITIVA - CM.: 10 (5 x 2 col)

DEBATE ENTRE OS CANDIDATOS A PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Debate entre os candidatos a Procurador-geral de Justiça

Os candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça participam na próxima sexta-feira, 11 de maio, de um debate no auditório da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem). O debate acontece às 9h. Na oportunidade, os candidatos poderão apresentar e debater propostas administrativas para a próxima gestão do Ministério Público do Maranhão. Seis candidatos disputam o cargo de procuradorgeral de Justiça: os procuradores de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Francisco das Chagas Barros de Sousa e Regina Lúcia de Almeida Rocha; e os promotores de Justiça Gilberto Câmara França Júnior, José Cláudio Almada Lima Cabral Marques e Pedro Lino Silva Curvelo. Por meio da Portaria nº 1933/2012, assinada no dia 12 de abril pela procuradorageral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, todos os membros do Ministério Público do Maranhão estão convocados a participar do debate.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 07 POSITIVA - CM.: 36 (9 x 4 col) PODER JUDICIÁRIO VAI À ESCOLA EM TUTÓIA

Poder Judiciário vai à escola em Tutóia

O juiz da Comarca de Tutóia, Rodrigo Otávio Terças, visitou, na terçafeira (8), o Instituto Educacional Maria Madalena - IEMMA. A visita, na qual o magistrado foi acompanhado do promotor de Justiça da comarca, Wesley Moraes, teve por objetivo "aproximar o Poder Judiciário e Promotoria de Justiça da escola, da criança, do cidadão", explica Terças. Na quarta-feira (9), foi a vez do Colégio Municipal Nemésio Neves receber o juiz e o promotor.

Os direitos das crian-

ças, as funções dos três poderes, quem representa cada um desses poderes e qual a missão do juiz e do promotor foram alguns dos temas abordados pelos visitantes quando das palestras aos 58 alunos da 1ª a 8ª séries da primeira escola e outros 50 da segunda.

A ideia é dar continuidade às visitas que devem ocorrer duas vezes ao mês em escolas diferentes. Segundo Terças, no primeiro momento voltado para alunos das séries iniciais, o projeto deve ser ampliado para todas as séries.

Audiência - De acordo com o magistrado, tudo começou com uma visita de alunos de uma escola do município ao fórum, quando os estudantes conheceram as instalações, entre as quais a Sala de Audiências. Ao perceber a curiosidade e o interesse dos estudantes em relação ao Poder Judiciário, o juiz teve a ideia de levar as informações aos estabelecimentos escolares.

Para Rodrigo Terças, as visitas são gratificantes. "Além de aproximar o Poder Judiciário do cidadão, permitem desmistificar a figura do magistrado que, antigamente, era tida por uma pessoa mais velha, de roupa preta e cabelos brancos, que utilizava, quando de alguma decisão, a figura do martelo", diz.

O magistrado conta que durante o encontro com os estudantes ele e o promotor tiveram a oportunidade de relatar às crianças a própria história, a origem humilde. Na visão do magistrado, o exemplo pode motivar os alunos a pensar: "se eles conseguiram, nós também podemos", acredita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL A TARDE

1º CADERNO - GERAL - RÁDIO ESCUTA - RAIMUNDO FILHO - PAG.: 02

POSITIVA - CM.: 16 (8 x 2 col)

DR. DAMASCENO CANDIDATO A DESEMBARGADOR

Dr. Damasceno candidato a desembargador

O advogado João Damasceno lançou seu nome como candidato a desembargador da relação da OAB. Advogado há vinte e seis anos nas aéreas militar e criminal, professor de História e Direito, um profissional renomado e muito respeitado no meio jurídico. Nasceu em Cajapió, MA e por vocação escolheu a profissão de advogado. É um profissional que goza de muito respeito entre a classe e como também entre as pessoas que convivem com ele. Dr. Damasceno está preparado, se escolhido para a função, com certeza a corte jurídica do nosso estado estará bem servida e também a população.

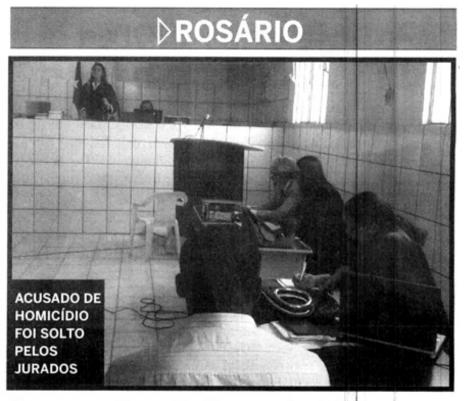


Dr. João Damasceno



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL AQUI 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 04 NEUTRA - CM.: 38 (19 x 2 çol)

ACUSADO DE HOMICÍDIO É ABSOLVIDO EM JÚRI



Acusado de homicídio é absolvido em júri

Em Tribunal do Júri realizado terça-feira (8), na Comarca de Rosário, Fábio César Aquino Gomes, o "Fabinho", foi absolvido da acusação de homicídio contra José Ribamar Sousa Nogueira. A tese da defesa foi a de que o réu teria agido em defesa própria. Presidiu o júri a titular da comarca, juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira.

De acordo com o processo, o crime teria ocorrido no dia 14 de maio de 2009, no interior de uma casa de forno localizada no Povoado Flexeira, onde o acusado trabalhava. Consta dos autos que a vítima teria chegado ao local proferindo palavras de baixo calão, o que teria dado início a uma discussão seguida de luta

corporal entre vítima e réu.

A defesa sustentou a tese de que durante a luta Fábio teria sido atingido por uma paulada desferida por José Ribamar e que, no auge da luta, o réu teria tomado um fação portado pela vítima, com o qual aplicou diversos golpes em José Ribamar.

O júri marcado para esta quinta-feira (10), quando Leandro Chagas Rodrigues, o "Léo", seria julgado pelo homicídio de Maria do Born Parto Serejo Ferreira, foi adiado para data a ser posteriormente definida. Na terça-feira (15), Ivanilson Araújo Maciel, o "Bodeco", vai a julgamento pela acusação de homicídio contra Pedro Neto Sampaio.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 44 (11 x 4 col)

RIGO COMEMORA VOLTA DE NENZIM AO COMANDO DE BARRA DO CORDA

Rigo comemora volta de 'Nenzim' ao comando de Barra do Corda



O deputado Rigo Teles (PV) comemorou ontem (10), na Assembleia Legislativa, a volta do prefeito Manoel Mariano de Souza, o 'Nenzim' (foto) ao comando da Prefeitura de Barra do Corda. PÁGINA 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03

NEUTRA - CM.: 24 (12 x 2 col)

RIGO COMEMORA VOLTA DE NENZIM AO COMANDO DE BARRA DO CORDA

Rigo comemora volta de 'Nenzim' ao comando de Barra do Corda

O deputado Rigo Teles (PV) comemorou ontem (10), na Assembleia Legislativa, a volta do prefeito Manoel Mariano de Souza, o "Nenzim" (PV) ao comando da Prefeitura de Barra do Corda.

A volta de "Nenzim" foi comemorada, também, por uma multidão de amigos e correligionários, que ficou concentrada na frente do prédio da Câmara de Barra do Corda, para assistir a posse, dada pela presidente do Poder Legislativo municipal, vereadora Nilda Barbalho (DEM).

Rigo Teles esclareceu que a volta de "Nenzim" foi decidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, que suspendeu a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), afastando o prefeito do cargo. "A Justiça está de parabéns pela decisão, tomada porque cabia recurso da liminar do Tribunal de Justiça", afirmou.

De acordo com Rigo, o prefeito "Nenzim" volta ao comando da prefeitura determinado a cumprir seu projeto de trabalho em benefício do povo de Barra do Corda.

"O prefeito ainda tem que entregar muitas obras que estão sendo concluídas para a população, que nele confiou o mandato de prefeito e acredita nele", disse.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 24 (12 x 2 col)

JUIZADOS ESPECIAIS FICARÃO FECHADOS NESTA QUINTA E SEXTA-FEIRA

Juizados Especiais ficarão fechados nesta quinta e sexta-feira

O 11º Juizado Especial Cível e o 2º Juizado Especial Criminal, que funcionam em prédio no Anil, não funcionarão nesta quinta (10) e sexta-feira (11). A suspensão do atendimento ocorre para que os problemas na rede elétrica sejam definitivamente solucionados.

Ainda na segunda-feira (7), quando o atendimento deve que ser suspenso porque o prédio ficou sem energia elétrica, técnicos da Cemar identificaram um curto-circuito no medidor de energia do prédio. A Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Maranhão enviou uma equipe ao local para trabalhar com os técnicos da Cemar e conseguiram, ainda na terça-feira (8), restabelecer o fornecimento de energia, parcialmente.

Como o problema com rede elétrica ainda persiste, impedindo até que funcionários não consigam ligar computadores, durante estes dois dias, as equipes trabalharão para deixar toda a rede elétrica do prédio em pleno funcionamento.

Mais uma vez, a Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais pede a compreensão de advogados e cidadãos que utilizam os serviços da unidade judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 04 POSITIVA - CM.: 76 (19 x 4 col) SEMCAS SE REÚNE COM PROMOTORIAS E 2ª VARA DA INFÂNCIA

Semcas se reúne com promotorias e 2ª Vara da Infância

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) realizou mais uma reunião com 2ª Vara da Infância e Juventude, 2ª Promotoria da Infância e Juventude e 31ª Promotoria de Justiça Especializada na Execução de Medidas Socieducativas para discutir o fluxo de atendimento ao adolescente em Medida Socioeducativa - MSE.

Na ocasião, também foram firmados acordos entre a Semcas e o Judiciário, como a realização de um seminário sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socieducativo (Sinase).

A equipe da 2ª Vara e da 2ª Promotoria apresentou o monitoramento realizado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) da capital, em que levantaram os processos em execução de medidas socieducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), de adolescentes sentenciados até 31 de dezembro de 2011.

Foram feitos, ainda, pactos para superar desafios como



A reunião também decidiu a realização de um Seminário sobre o Sinase

as dificuldades de encontrar o endereço do adolescente, a necessidade desse adolescente se submeter a tratamento por consumo de droga ou a situações nas quais ele está ameaçado por desafetos.

A partir de agora, serão realizadas audiências nas quais as equipes dos Creas receberiam os adolescentes na presença do juiz, acertando o dia e hora de seu comparecimento ao Centro para iniciar a execução da MSE e

elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA.

"O entendimento de que as medidas socieducativas se constituem como importante tecnologia de suporte à resiliência do jovem às diversas situações de risco tem impulsionado o trabalho desta gestão do prefeito João Castelo, que descentralizou a execução das MSE para os cinco Creas. O apoio da 2ª Vara da Infância e Juventude e das duas promotorias está qualificando

o processo para assegurar melhor o impacto na vida desses adolescentes e de suas famílias", disse a titular da Semcas, Roseli Ramos.

A secretária ainda acrescentou: "A disponibilidade e o compromisso do Judiciário e do Ministério Público com a execução desse processo tem aproximado as equipes e encontrado estratégias alternativas que assegurem o caráter socioeducativo e de responsabilização das medidas".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 12

POSITIVA - CM.: 20 (5 x 4 col)

DENARC CUMPRE MANDADO DE PRISÃO NO BAIRRO DA AREINHA

Denarc cumpre mandado de prisão no Bairro da Areinha

Policiais civis do Departamento de Narcóticos (Denarc) cumpriram, ontem (10), mandado judicial contra um homem por praticar a comercialização de entorpecentes na Região Metropolitana de São Luís.

O mandado em desfavor de Cassimiro Pinheiro Evangelista Neto, 39 anos, o 'Miro', foi cumprido pelos agentes em sua residência localizada no Bairro da Areinha. O mandado de prisão por sentença condenatória, por tráfico, foi expedido pelo juiz titular da 1° Vara de Entorpecentes, Itaércio Paulino da Silva.

Cassimiro Pinheiro Evangelista Neto foi conduzido para as dependências do Denarc, sendo apresentado ao delegado Claudio Mendes para os procedimentos formais. Em seguida encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - CIDADE - PAG.: 6

POSITIVA - CM.: 22 (11 x 2 col)

PARALIZAÇÃO - JUIZADOS FICARÃO FECHADOS ESTA SEXTA FEIRA

PARALIZAÇÃO

Juizados Especiais ficarão fechados esta sexta-feira

O 11º Juizado Especial Cível e o 2º Juizado Especial Criminal, que funcionam em prédio no Anil, não funcionaram ontem, quinta, 10, e não funcionará hoje, 11. A suspensão do atendimento ocorre para que os problemas na rede elétrica sejam definitivamente solucionados.

Ainda na última segundafeira, 7, quando o atendimento deve que ser suspenso porque o prédio ficou sem energia elétrica, técnicos da Cemar identificaram um curto-circuito no medidor de energia do prédio. A Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Maranhão enviou uma equipe ao local para trabalhar com os técnicos da Cemar e conseguiram, na terça-feira, 8, restabelecer o fornecimento de energia, parcialmente.

Como o problema com rede elétrica ainda persiste, impedindo até que funcionários não consigam ligar computadores, durante estes dois dias, as equipes trabalharão para deixar toda a rede elétrica do prédio em pleno funcionamento.

Mais uma vez, a Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais pede a compreensão de advogados e cidadãos que utilizam os serviços da unidade judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5

POSITIVA - CM.: 36 (9 x 4 col)

PGJ/ELEIÇÕES - DEBATE ENTRE OS CANDITATOS A PROCURADOR GERAL ACONTECE HOJE NA AMPEM

PGJ/ELEIÇÕES

Debate entre os candidatos a Procurador-geral acontece hoje na AMPEM

Os candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça participam hoje, 11, de um debate no auditório da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem). O debate acontece às 9h. Na oportunidade, os candidatos poderão apresentar e debater propostas administrativas para a próxima gestão do Ministério Público do Maranhão.

Seis candidatos disputam o cargo de procurador-geral de Justiça: os procuradores de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Francisco das Chagas Barros de Sousa e Regina Lúcia de Almeida Rocha; e os promotores de Justiça Gilberto Câmara França Júnior, José Cláudio Almada Lima Cabral Marques e Pedro Lino Silva Curvelo.

As regras do debate, discutidas com todos os candidatos, prevêem perguntas formuladas pelos próprios candidatos aos seus concorrentes, pelos membros do Ministério Público presentes e questões elaboradas pelas entidades representativas: Ampem, Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Maranhão (Sindsemp) e Associação dos Funcionários da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Asfupema).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3

NEUTRA - CM.: 52 (13 x 4 col)

SUZANO E VALE DESPEJAM TRABALHADORES RURAIS RIBERINHOS

VILA NOVA DOS MARTÍRIOS

Suzano e Vale despejam trabalhadores rurais ribeirinhos

A Comissão de Direitos Humanos e minorias da Assembleia Legislativa do Maranhão promoveu, na cidade de Vila Nova dos Martírios, uma audiência pública para discutir a ameaça de despejo das famílias ribeirinhas ameaçadas pelos empreendimentos da Vale e da Suzano.

O evento foi realizado, na manhã desta quinta-feira (10), no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT) presidiu a audiência ao lado do autor do requerimento para realização do espaço, deputado Antonio Pereira (DEM); Wellington Pinto (prefeito do município); João Pinto (ex-prefeito); Maria Sousa (presidente da Câmara de Vereadores); Amadeus Pereira (advogado dos posseiros); Natal Silva (presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais e Francisco de Souza (representante da igreja católica).

Vila Nova dos Martírios vive uma situação de grave conflito fundiário. Cerca de 60 famílias das comunidades "Deus Proteja" e Cuverlândia, posseiros das terras há mais de 30 anos estão sendo despejados injustamente. Os trabalhadores alegam que representantes da empresa Suzano reclamaram a posse da terra e invadiram sem aviso e sem conceder compensação aos agricultores.

Senhor Natal, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais, afirmou que as grandes empresas trouxeram muitos danos a população rural. "Eles não nos respeitaram e expulsaram todo mundo de suas casas. Destruíram nossas plantações", protestou.

De acordo com o advogado dos posseiros, o INCRA e o IBAMA que teoricamente seriam os órgãos responsáveis pela regulamentação e demarcação das terras não ajudam e acabam multando os trabalhadores por permanecerem nas terras.

"O INCRA e o IBAMA multaram a associação dos moradores em R\$ 50 mil. O poder legislativo e o poder judiciário não podem se omitir, essa reunião servirá para sensibilizar as autoridades da situação deste povo", cobrou Amadeus.

O deputado Antonio Pereira destacou a importância da audiência pública e da iniciativa da Assembleia Legislativa em ouvir os problemas do povo e dos trabalhadores de Vila Nova dos Martírios. Para ele este instrumento da Casa Legislativa é fundamental na resolução deste impasse com a Suzano.

Bira do Pindaré garantiu que o trabalho da Comissão de Direitos Humanos é mediar os conflitos e no caso de Vila Nova é abrir as portas para a Vale e para a Suzano, assim como para o povo. Como encaminhamentos da audiência: a CDH vai requerer informações oficiais do judiciário sobre a situação dos processos litigiosos; requerer do INCRA, IBA-MA E ITERMA procedimentos pela demarcação das terras; convidar a Vale e a Suzano para uma reunião na ALEMA com maior celeridade possível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 8

POSITIVA - CM.: 64 (16 x 4 col)

SEMINÁRIO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DISCUTIRÁ SOBRE PESSOAS EM SITAÇÃO DE RUA

SEMINARIO

Ministério da Justiça discutirá sobre pessoas em situação de rua

O defensor geral do estado, Aldy Mello de Araújo Filho, reuniu-se em Brasília, nesta semana, com o coordenador geral de Modemização e Administração da Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), Eduardo Machado Dias, para tratar da realização, no segundo semestre, de um seminário voltado a articular a criação de uma rede de proteção a pessoas em situação de rua no estado.

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) se habilitou, ano passado, durante reunião do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), a realizar o evento, já ocorrido em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. O objetivo do seminário, segundo o defensor geral, é mobilizar o poder público e a sociedade para construir formas de garantir direitos a essa população. "Quem vive na rua, vive em total invisibilidade. Não se pode mais simplesmente fazer de conta que o problema não existe. No Maranhão é grande o número de pessoas em situação de rua. O seminário é apenas o primeiro passo para que estado, município, entidades de defesa de direitos humanos e instituições públicas assumam suas responsabilidades no enfrentamento do problema", afirmou.

De acordo com estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Brasil, existem 31.922 pessoas vivendo em situação de rua, sendo 82% homens e 18% mulheres. Do total, 28,2% têm entre 25 e 34 anos; 89,5% não têm acesso a programas governamentais; 60% têm o primeiro grau incompleto e 15% nunca estudaram. Somente em São Paulo existem mais de 13.666 pessoas nessa condição. Na capital maranhense, locais como o Centro Histórico, Largo do Carmo, Renascença, nas proximidades do Marco Center e Cohab, próximo ao retorno da Forquilha, são áreas com grande fluxo e convergência de pessoas em situação de rua.

Ao final do encontro com Eduardo Machado Dias, que também contou com a participação da especialista em políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Reforma do Judiciário, Roberta Tiemi Saita, ficou acordado que caberia à DPE, a partir da experiência dos seminários já ocorridos, elaborar o conteúdo programático do evento, e mobilizar os representantes dos movimentos da população em situação de rua e das redes municipal e estadual de atenção a essa população a participar do evento, cabendo à SRJ a indicação de técnicos do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para auxiliar nos trabalhos.

Convênio

Na mesma oportunidade, o defensor geral solicitou à SRJ, por meio de sua coordenadoria de Modernização, a renovação de convênio firmado entre o MJ e a DPE/MA para a prestação de assistência jurídica a presos e seus familiares. Seria a terceira renovação do convênio que, desde 2009 vem contribuindo para o enfrentamento da questão carcerária no estado.

"A renovação do convênio é importante porque através da equipe técnica contratada (estagiários, assistentes sociais, psicólogos e administrativos), a DPE tem executado, em parceria com o TJ e a Sejap, importantes projetos de ressocialização de internos e egressos do sistema prisional, através do encaminhamento a cursos de qualificação e

ao mercado de trabalho", disse Aldy Mello Filho.

Com o projeto Assistência Jurídica, Integral e Gratuita aos Presos e Familiares, realizado em parceria com o Ministério da Justiça, a DPE/MA ampliou a assistência jurídica a esse segmento da sociedade, por meio de uma equipe interdisciplinar composta por defensores públicos, assistentes sociais e psicólogos. As ações e atividades desenvolvidas com vistas à melhoria do sistema penitenciário maranhense têm respaldo no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país.

O Programa articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do Pronasci, destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 38 (19 x 2 col)

ENCONTRO - SEMCAS DISCUTE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS COM PROMOTORIAS

ENCONTRO

Semcas discute medidas socioeducativas com promotorias

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) realizou mais uma reunião com 2ª Vara da Infância e Juventude, 2ª Promotoria da Infância e Juventude e 31ª Promotoria de Justiça Especializada na Execução de Medidas Socieducativas para discutir o fluxo de atendimento ao adolescente em Medida Socioeducativa - MSE.

Na ocasião, também foram firmados acordos entre a Semcas e o Judiciário, como a realização de um seminário sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socieducativo (Sinase).

A equipe da 2ª Vara e da 2ª Promotoria apresentou o monitoramento realizado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) da capital, em que levantaram os processos em execução de medidas socieducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), de adolescentes sentenciados até 31 de dezembro de 2011.

Foram feitos, ainda, pactos para superar desafios como as dificuldades de encontrar o endereço do adolescente, a necessidade desse adolescente se submeter a tratamento por consumo de droga ou a situações nas quais ele está ameaçado por desafetos.

A partir de agora, serão realizadas audiências nas quais as equipes dos Creas receberiam os adolescentes na presença do juiz, acertando o dia e hora de seu comparecimento ao Centro para iniciar a execução da MSE e elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA.

"O entendimento de que as medidas socieducativas se constituem como importante tecnologia de suporte à resiliência do jovem às diversas situações de risco tem impulsionado o trabalho desta gestão do prefeito João Castelo, que descentralizou a execução das MSE para os cinco Creas. O apoio da 2ª Vara da Infância e Juventude e das duas promotorias está qualificando o processo para assegurar melhor o impacto na vida desses adolescentes e de suas famílias", disse a titular da Semcas, Roseli Ramos.

A secretária ainda acrescentou: "A disponibilidade e o compromisso do Judiciário e do Ministério Público com a execução desse processo tem aproximado as equipes e encontrado estratégias alternativas que assegurem o caráter socioeducativo e de responsabilização das medidas".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 10 (5 x 2 col)

TJ COMEMORA DIA DAS MÃES COM SHOW E PRÊMIOS

OPINIÃO

TJ COMEMORA DIA DAS MÃES COM SHOW E PRÊMIOS

O Tribunal de Justiça reuniu centenas de servidoras para manhã festiva realizada ontem, quinta-feira, 10, no seu auditório, antecipando as comemorações pelo Dia das Mães, com distribuição de prêmios e show musical da vocalista Teresa Canto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - OPINIÃO - PAG.: 2 POSITIVA - CM.: 52 (13 x 4 col) TJ COMEMORA DIA DAS MÃES COM SHOW E PRÊMIOS

HOMENAGEM

TJ comemora Dia das Mães com show e prêmios



Desembargadores Maria dos Remédios Buna e Guerreiro Júni or na festa do Dia das Mães

O Tribunal de Justiça reuniu centenas de servidoras para manhã festiva nesta quinta-feira (10), no seu auditório, antecipando as comemorações pelo Dia das Mães, com distribuição de prêmios e show musical da vocalista Teresa Canto. O presidente Guerreiro Júnior e a vicepresidente Maria dos Remédios Buna acompanharam o evento desde o início.

O presidente falou da ausência de sua mãe Célia Anchieta Guerreiro, falecida no ano de 2006, da importância de uma mãe para a família, e da responsabilidade de educar. "Nesse dia quero transmitir todo o carinho, amor que o Tribunal de Justiça faz nesse momento para as mães", disse, parabenizando as mães presentes.

A vice-presidente Maria dos Remédios Buna, muito emocionada, falou da alegria de ainda ter o privilégio de ter ao seu lado a mãe de 92 anos. A desembargadora, mesmo não sendo mãe biológica, se dedica às pessoas com o mesmo amor e dedicação. "Jesus abençoe a todas as mães e as futuras mamães", enfatizou.

O Cerimonial do TJ organizou o sorteio de mais de 30 prêmios, desde passagem área a eletrodomésticos - todos oferecidos por parceiros do Judiciário. Teresa Canto, por sua vez, levantou o auditório com sucessos.

Os juízes auxiliares da presidência, José Nilo Ribeiro Filho e Kleber Costa Carvalho, os diretores Sumaya Heluy (Geral), Daniel Gedeon (Recursos Humanos) e Francisco Adalberto Moraes (Administrativo) participaram da festa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 40 (20 x 2 col)

CONDEGE - ENCONTRO NACIONAL DISCUTE O PAPEL DA DEFENSORIA NA DEFESA DOS DIREITOS

HUMANOS

CONDEGE

Encontro nacional discute o papel da Defensoria na defesa dos direitos humanos

As práticas de atuação da Defensoria Pública em todo o país na defesa dos direitos humanos foi tema de encontro nacional realizado nesta semana, em São Luís, com representantes da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege). Um dos assuntos em pauta na reunião, aberta pelo defensor geral do Maranhão, Aldy Mello Filho, é o fortalecimento da atuacão das Defensorias na luta contra a violação dos direitos humanos, por meio da criação de núcleos especializados e celebração de convênios com o governo federal para a alocação de recursos para o financiamento de projetos e ações na área.

A apresentação do trabalho desenvolvido pela Defensoria do Maranhão foi feita por Aldy Mello Filho, com destaque para as ações de promoção aos direitos humanos no Estado. "Temos um núcleo itinerante de defesa de direitos humanos que vem desenvolvendo ações em todo o Estado especialmente no acompanhamento de conflitos fundiários e na defesa de comunidades quilombolas. A DPE também realiza um projeto de educação em direitos junto a crianças de 06 a 12 anos da rede pública de ensino, em parceria com o curso de pedagogia da FACAM. Com a FIEMA, a DPE executa o projeto "Ser pai é legal", disponibilizando a realização de exames gratuitos de DNA, que vem diminuindo significativamente o número de ações de investigação de paternidade ajuizadas pela instituição. Vimos realizando, ainda, uma série de articulações voltadas à qualificação e à profissionalização de internos e egressos do sistema prisional, juntamente com o TJ e a SEJAP. Além disso, estamos finalizando o curso de cuidador de idosos, em parceria com a SECTEC, como estratégia de enfrentamento à violência contra o idoso", destacou.

Participam do evento os defensores públicos estaduais do Maranhão, Fábio de Sousa Carvalho e Jean Carlos Nunes Pereira, e mais nove defensores públicos de diferentes estados brasileiros. Durante o encontro, os defensores públicos tiveram a oportunidade de conhecer, de forma mais detalhada, os projetos desenvolvidos pela DPE, por meio de palestras proferidas pela coordenadora do Núcleo Psicossocial, Silene Gomes, e pela coordenadora do Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi), Isabel Lopizic.

A elaboração de um diagnóstico da atuação de todas as Defensorias na defesa dos direitos humanos também integrou a pauta do encontro. Segundo a coordenadora geral da Comissão de Direitos Humanos do Condege, Flávia Marcele de Moraes, esta é a segunda reunião anual do colegiado e, portanto, mais uma oportunidade de seus membros compartilharem práticas exitosas, de forma a tornar mais eficiente a atuação das Defensorias na área.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - ECONOMIA - PAG.: 10 Aviso/Edital/Publicidade - CM.: 20 (10 x 2 col) AVISO DE LICITAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2012 Processo n.° 14.108/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada para locação de Geradores de Energia Elétrica de Emergência para o Complexo Fórum Des. Sarney Costa, às 10:00 horas (horário local) do dia 21/05/2012, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na Rua do Egito, nº 144, Centro (antigo prédio da Assembléia Legislativa), São Luís/MA. O Pregoeiro informa que o Edital se encontra disponível na sala supracitada, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia CD-R ou pen-drive.

São Luís, 07 de maio de 2012. ANDRÉ DE SOUSA MORENO Pregoeiro TJ/MA TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - POLÍCIA - PAG.: 06

NEUTRA - CM.: 124 (31 x 4 col)

CDHM DA CÂMARA FEDERAL PEDIRÁ FEDERALIZAÇÃO DO CASO DÉCIO SÁ

CDHM da Câmara Federal pedirá federalização do Caso Décio Sá

Deputados federais se reúnem com autoridades que investigam a morte do jornalista e recomendam ações efetivas para a solução imediata do crime e prisão de seus executores

Saulo Maclean Da editoria de Polícia



A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados vai apresentar hoje, na Assembleia Le-

gislativa do Maranhão, um relatório sobre o primeiro dia de visitas às instituições que compõem o aparelho de Segurança Pública no Maranhão - e que, de alguma forma, participaram da mobilização no caso do assassinato do jornalista Décio Sá. Ontem, durante todo o dia, os parlamentares se reuniram com seis representantes do sistema, em busca de informações sobre o curso das investigações e sinalizaram a hipótese de pedir a federalização do inquérito policial.

"Se verificarmos que o trabalho da polícia judiciária está comprometido, seja na parte técnica ou pessoal; se observarmos dificuldades no avanço das investigações, ou mesmo que o inquérito esteja sofrendo alguma influência política, vamos requerer a federalização do caso. A morte sumária do jornalista Décio Sá está inserida no contexto claro de 'pistolagem', e nosso objetivo é trabalhar na elaboração de leis que determinem a participação direta da Polícia Federal nesta modalidade criminosa", disse o presidente da CDHM, deputado Domin-



Deputados Erika Kokay, Severino Ninho e Dutra, com Cleones Cunha

gos Dutra (PT-MA).

Neste raciocínio, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, também formada pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e pelo deputado Severino Ninho (PSB-PE), escolheu como primeira parada a Superintendência Regional da Polícia Federal (SRPF) no Maranhão, no bairro Cohama. Em conversa com o superintendente, Cristiano Sampaio, os parlamentares foram informados de que três retratos falados já foram confeccionados pelos peritos federais, desde o dia 23 de abril, data do crime. "O material já foi entregue à Polícia Civil", garantiu Sampaio.

A comissão esteve na SRPRF no Maranhão, onde questionou o trabalho da PRF nas primeiras horas de buscas pelos executores do jornalista. Os deputados tiveram um encontro com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, que garantiu estar atendendo a toda a demanda da polícia judiciária sobre a morte do blogueiro.

Portas fechadas - Já na parte da tarde, entretanto, todas as visitas da CDHM aconteceram a portas fechadas. A O Estado foi permitido somente o registro de imagens nos gabinetes da juíza Alice Rocha, titular da 1ª Vara do Tribunal de Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau); do comandante da Capitania dos Portos do Maranhão, capitão de Mar e Guerra Jair dos Santos Oliveira e do promotor

Mais

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados informou que, ao Iongo do dia, tentou agendar um encontro com o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, mas que "o titular da pasta não teve espaco em sua agenda para atender os parlamentares". Mendes, por meio de sua assessoria, confirmou que esteve ocupado em reuniões com comandantes de batalhões da Polícia Militar, e com a própria força-tarefa que investiga o Caso Décio Sá, mas que atenderá ao pedido dos deputados federais.

de Justiça e diretor da Secretaria de Assuntos Institucionais do Ministério Público estadual, Marco Aurélio Ramos Fonseca.

Ao fim da peregrinação, em busca de informações para elaboração do relatório sobre a morte de Décio Sá, os representantes parlamentares fizeram um desabafo prévio sobre a audácia dos autores intelectuais e executores do jornalista. "A democracia, o direito de liberdade de imprensa foram feridos juntos com a vítima. Sabendo das limitações e dificuldades que a polícia judiciária é obrigada a lidar diariamente, vamos fazer a nossa parte, exigindo a celeridade de projetos de lei que ampliem esses casos para o âmbito federal", disse a deputada Erika Kokay.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL EXTRA 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 54 (9 x 6 col)

VALE TOMA TERRAS DE FAMÍLIAS RIBEIRINHAS SEM DÓ NEM PIEDADE

VALE TOMA TERRAS DE FAMÍLIAS RIBEIRINHAS SEM DÓ NEM PIEDADE

A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA AL PROMOVEU AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A AMEAÇA DE DESPEJO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS PELA VALE E SUZANO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL EXTRA 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 48 (12 x 4 col)

VALE TOMA TERRAS DE FAMÍLIAS RIBEIRINHAS SEM DÓ NEM PIEDADE

LEI DO MAIS FORTE

Vale e Suzano tomam terras de famílias ribeirinhas rurais sem dó nem piedade

■ A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Assembleia Legislativa do Maranhão promoveu, na cidade de Vila Nova dos Martírios, uma audiência pública para discutir a ameaça de despejo das famílias ribeirinhas ameaçadas pelos empreendimentos da Vale e da Suzano.

O evento foi realizado, na manhã desta quinta-feira (10), no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT) presidiu a audiência ao lado do autor do requerimento para realização do espaço, deputado Antonio Pereira (DEM); Wellington Pinto (prefeito do município); João Pinto (ex-prefeito); Maria Sousa (presidente da Câmara de Vereadores); Amadeus Pereira (advogado dos posseiros); Natal Silva (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Francisco de Souza (representante da Igreja Católica).

Vila Nova dos Martírios vive uma situação de grave conflito fundiário. Cerca de 60 famílias das comunidades "Deus Proteja" e Cuverlândia, posseiros das terras há mais de 30 anos estão sendo despejados injustamente. Os trabalhadores alegam que representantes da empresa Suzano reclamaram a posse da terra e invadiram sem aviso e sem conceder compensação aos agricultores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais afirmou que as grandes empresas trouxeram muitos danos à população rural. "Eles não nos respeitaram e expulsaram todo mundo de suas casas. Des-

truíram nossas plantações", protestou.

De acordo com o advogado dos posseiros, o Incra e o Ibama que teoricamente seriam os órgãos responsáveis pela regulamentação e demarcação das terras não ajudam e acabam multando os trabalhadores por permanecerem nas terras.

"O Incra e o Ibama multaram a associação dos moradores em R\$ 50 mil. Os poderes Legislativo e o Judiciário não podem se omitir, essa reunião servirá para sensibilizar as autoridades da situação deste povo", cobrou Amadeus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

NEUTRA - CM.: 12 (6 x 2 col)

SUZANO E VALE DESPEJAM TRABALHADORES RURAIS NO MA

POLÍTICA

Suzano e Vale despejam trabalhadores rurais no Ma

Vila Nova dos Martírios vive uma situação de grave conflito fundiário. Cerca de 60 famílias das comunidades "Deus Proteja" e Cuverlândia, posseiros das terras há mais de 30 anos estão sendo despejados injustamente. (Página 03)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 40 (10 x 4 col)

SUZANO E VALE DESPEJAM TRABALHADORES RURAIS NO MA

CONFLITO FUNDIÁRIO

Suzano e Vale despejam trabalhadores rurais no Maranhão

A Comissão de Direitos Humanos e minorias da Assembleia Legislativa do Maranhão promoveu, na cidade de Vila Nova dos Martírios, uma audiência pública para discutir a ameaça de despejo das famílias ribeirinhas ameaçadas pelos empreendimentos da Vale e da Suzano.

O evento foi realizado, na manhã desta quinta-feira (10), no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT) presidiu a audiência ao lado do autor do requerimento para realização do espaço, deputado Antonio Pereira (DEM); Wellington Pinto (prefeito do município); João Pinto (ex-prefeito); Maria Sou-

sa (presidente da Câmara de Vereadores); Amadeus Pereira (advogado dos posseiros); Natal Silva (presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais e Francisco de Souza (representante da igreja católica).

Vila Nova dos Martírios vive uma situação de grave conflito fundiário. Cerca de 60 famílias das comunidades "Deus Proteja" e Cuverlândia, posseiros das terras há mais de 30 anos estão sendo despejados injustamente. Os trabalhadores alegam que representantes da empresa Suzano reclamaram a posse da terra e invadiram sem aviso e sem conceder compensação aos agricultores.

Senhor Natal, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais, afirmou que as grandes empresas trouxeram muitos danos a população rural. "Eles não nos respeitaram e expulsaram todo mundo de suas casas. Destruíram nossas plantações", protestou.

De acordo com o advogado dos posseiros, o INCRA e o IBAMA que teoricamente seriam os órgãos responsáveis pela regulamentação e demarcação das terras não ajudam e acabam multando os trabalhadores por permanecerem nas terras.

"O INCRA e o IBAMA multaram a associação dos moradores em R\$ 50 mil. O poder legislativo e o poder judiciário não podem se omitir, essa reunião servirá para sensibilizar as autoridades da situação deste povo", cobrou Amadeus.

O deputado Antonio Pereira destacou a importância da
audiência pública e da iniciativa da Assembleia Legislativa em ouvir os problemas do
povo e dos trabalhadores de
Vila Nova dos Martírios. Para
ele este instrumento da Casa
Legislativa é fundamental na
resolução deste impasse com
a Suzano.

Bira do Pindaré garantiu que o trabalho da Comissão de Direitos Humanos é mediar os conflitos e no caso de Vila Nova é abrir as portas para a Vale e para a Suzano, assim como para o povo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL

2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS VISITA ÓRGÃOS EM BUSCA DE RESPOSTA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS VISITA ÓRGÃOS EM BUSCA DE RESPOSTAS

Os deputados integrantes da Comissão Federal que está na cidade a fim de investigar o crime estranharam o fato de não ter sido pedido para que o Ministério Público Federal e o Estadual entrassem no caso. Além disso, eles afirmam que a SSP não solicitou a fiscalização das saídas da cidade.

URBANO 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL

2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 03

POSITIVA - CM.: 132 (22 x 6 col)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS VISITA ÓRGÃOS EM BUSCA DE RESPOSTA

CASO DÉCIO SÁ

Comissão cobra respostas

Deputados fazem itinerância por órgãos de segurança para obter informações sobre assassinato de jornalista. Resumo de diligência será apresentado hoje

DA REDAÇÃO

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, presidida pelo deputado Domingos Dutra (PT) divulga, hoje pela manhã, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o resultado da diligência sobre a morte do jornalista Décio Sá. O jornalista foi executado no dia 23 de abril no Bar Estrela do Mar, localizado na Avenida Litorânea.

Além de Domingos Dutra, os deputados Erika Kokay (PT-DF) e Severino Ninho (PSB-PE) estão na diligência. Os parlamentares chegaram ontem pela manhã e iniciaram as visitas a várias instituições. Ao todo, foram oito órgãos visitados pelos deputados. Pela manhã, eles foram ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Militar (PM).

Pela tarde, as visitas continuaram no Fórum da 1ª Vara Criminal, Corregedoria Geral de Justiça, Capitania dos Portos e se encerrou no Ministério Público Estadual (MPE). De acordo com informações, os parlamentares federais vieram para São Luís para averiguar denúncias de falhas nas investigações sobre o caso da execução de Décio Sá. O resultado da diligência será divulgado hoje,



Aluísio Mendes diz que está providenciando documentos e informações solicitados pela Comissão de Direitos Humanos

às 8h45, em coletiva de imprensa na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), localizada no bairro do Calhau.

Objetivo

De acordo com informações da secretaria executiva da Comissão, o motivo da visita dos deputados a São Luís é para apurar falhas na investigação do caso. "A finalidade da diligência é discutir, acompanhar e obter mais informações sobre as investigações do assassinato do jornalista Décio Sá, bem como de outros crimes de pistolagem praticados no estado do Maranhão nas últimas décadas", revelou Clotilde Vasco, secretária substituta da Comissão.

A Comissão também quer uma

celeridade na resolução do crime e estranhou a lentidão da evolução de novas informações. O que chamou a atenção dos integrantes da pasta foi a não solicitação do Ministério Público Federal e do Estadual para entrarem no caso e ajudarem na elucidação. Outro fato é que a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP) não solicitou fisca-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL

2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 03

POSITIVA - CM.: 132 (22 x 6 col)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS VISITA ÓRGÃOS EM BUSCA DE RESPOSTA



mil é o valor da recompensa oferecida pelo Disque - Denúncia para informações sobre a morte de Décio Sá

lização urgente em todas as saídas e entradas da cidade, como PRF (BR-135), Polícia Federal (aeroporto) e Capitania dos Portos (fiscalização marítima) logo após o crime.

O Imparcial entrou em contato com a Secretaria de Segurança e, através da assessoria de comunicação, o órgão garantiu que mantém contato permanente com a PRF, Polícia Militar, Polícia Federal e Capitania dos Portos. Inclusive, a secretaria disse que a Polícia Federal tem auxiliado nas investigações.

Domingos Dutra disse que ainda espera o resultado de requerimento de informações solicitadas pela Comissão. "O que ouvimos foi uma série de desconexão nas informações e interpretações diferentes. O pior de tudo é que, até o presente momento, a Secretaria de Segurança do Estado ainda não respondeu aos requerimentos de informações

solicitados pela Comissão sobre as investigações", disse o deputado. A SSP-MA garantiu que o documento chegou ao secretário Aluísio Mendes na tarde de quarta-feira e o órgão está providenciando todas as respostas dos requerimentos de informações, e quando ficarem prontos serão enviados para a Comissão.

Brasília

Assim que o resultado da diligência chegar ao Distrito Federal, o texto vai ser transformado em um relatório, que será lido para todos os parlamentares na Câmara Federal. Após a leitura do documento, os encaminhamentos propostos no relatório entrarão em votação na Comissão. Audiência pública e requerimentos de informações aos órgãos de segurança e de Justiça a nível estadual e nacional estarão em pauta, além de diversas outras ações que ainda não podem ser divulgadas.

Depois da conclusão dos trabalhos, o relatório será encaminhado à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização dos Estados Americanos (OEA), Ministério Público Federal e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que cada um tome as providências necessárias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) JUDICIÁRIO PROGRAMA FESTAS PARA OS 400 ANOS

✓ JUDICIÁRIO PROGRAMA FESTAS PARA OS 400 ANOS

Com a aproximação do aniversário de 400 anos de São Luís, todas as instituições vão programando suas homenagens. Nesta semana, foi a vez do Tribunal de Justiça do Maranhão anunciar que deu início aos preparativos em comemoração a seu bicentenário, em 2013, e do quarto centenário de São Luís, neste ano. Até comissões com magistrados e servidores foram nomeadas oficialmente. Será realizada exposição de documentos e obras raras, fotos, painel e outras peças históricas da Justiça estadual, no período de 30 de julho a 4 de agosto, no Fórum de São Luís, próximo à Praça da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 04 POSITIVA - CM.: 60 (10 x 6 col) TJMA PROÍBE PERMISSÃO PARA O TRABALHO INFANTIL

■ EXPLORAÇÃO

TJMA proíbe permissão para o trabalho infantil

Os juízes maranhenses estão proibidos de autorizar que adolescentes com menos de 16 anos trabalhem. O Maranhão é um dos poucos estados do país a vetar tal prática que contraria a Constituição Federal. Pela lei, nenhuma empresa pode contratar menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. No caso de atividades perigosas ou insalubres, incluindo o trabalho noturno, a idade mínima é 18 anos. A medida começou a valer desde a última quarta-feira.

Segundo o coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho, o procurador Rafael Dias Marques, os estados do Pará, de Santa Catarina e Minas Gerais também proibiram os juízes estaduais de conceder autorizações judiciais de trabalho infantil.

Assinado pelo presidente do tribunal, desembargador Guerreiro Júnior, a iniciativa maranhense já foi publicada no Diário Oficial da Justiça Estadual. Segundo a assessoria do órgão, o desembargador tomou a decisão com base nos dados fornecidos pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que identificou 131 permissões judiciais para que menores de 16 anos trabalhassem, inclusive em atividades insalubre.

As informações foram obtidas dos registros fornecidos pelas empresas maranhenses ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). O mesmo instrumento de coleta de dados cuja consistência é questionada por auditoras fiscais do trabalho de São Paulo e Mato Grosso do Sul, conforme Agência Brasil noticiou hoje ontem.

Responsáveis por coordenar os projetos do Ministério do Trabalho de combate ao emprego infantil nos dois estados, as auditoras inspecionaram parte das declarações registradas pelas empresas paulistas e sul-matogrossenses e encontraram um número de autorizações judiciais para a contratação de jovens

com menos de 16 anos muito abaixo do informado por meio da Rais. Em São Paulo, onde o trabalho começou no mês passado, nenhum dos 100 registros já checados pelos auditores do trabalho existe de fato.

A partir da situação local, as auditoras e o procurador Rafael Dias Marques desconfiam que boa parte das mais de 33 mil autorizações relatadas na Rais pelos empregadores pode jamais ter existido, tendo sido registradas por erro ou má-fé. As auditoras e o procurador, contudo, destacam que, mesmo que em número muito menor, há casos de crianças e adolescentes autorizados a trabalhar pela Justiça. E um número ainda maior de menores de idade trabalhando informalmente.

Apartir dos dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialistas estimam que haja entre 2 milhões e 3,4 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, exercendo algum tipo de atividade remunerada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 3° CADERNO (IMPAR) - IMPAR - HIT - CAROL CARVALHO - PAG.: 07 POSITIVA - CM.: 8 (4 x 2 col) CASAMENTO COMUNITÁRIO

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Atenção, noivos! A Corregedoria Geral da Justiça prorrogou, até o dia 18, as inscrições para o casamento comunitário a ser realizado em junho, na Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Bacanga). Por razões operacionais, a cerimônia, anteriormente marcada para o dia 9, foi transferida para o dia 30 de junho. Os interessados em se inscrever para o evento devem se dirigir ao Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), no horário das 8 às 18h, onde uma equipe de servidores do Poder Judiciário e funcionários do cartório efetua as inscrições.



DE VOLTA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - BASTIDORES - RAIMUNDO BORGES - PAG.: CAPA NEUTRA - CM.: 5 (5 x 1 col)

Bastidores

De volta

O prefeito de Barra do Corda, conhecido como Nenzim, foi cassado semana passada pelo Tribunal de Justiça e retornou ontem ao cargo, 24 horas depois que o vice havia assumido.

POLÍTICA 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - BASTIDORES - RAIMUNDO BORGES - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 14 (7 x 2 col)

DE VOLTA

Reviravolta (1)

A volta do que não foi. Assim aconteceu em Barra do Corda com o prefeito Manoel Mariano de Sousa, o Nenzim. Cassado semana passada pelo Tribunal de Justiça, ontem, ele retornou ao cargo, 24 horas depois que o vice, Aristides Milhomem, havia assumido. Não deu tempo nem para receber a primeira parcela do Fundo de Participação, que cai na conta dos municípios nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

Reviravolta (2)

Esse tipo de cassação bumerangue já faz parte de uma rotina incompreensível no Judiciário. A decisão de retorno do prefeito Nenzim saiu da lavra do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), JilsonDipp, que derrubou a decisão do TJ-MA. A reviravolta de Barra do Corda tem jeito e rito parecidos com o que vem acontecendo em Paço do Lumiar, com a prefeita Via Venâncio, várias vezes cassada e depois reempossada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O IMPARCIAL 1º CADERNO - POLITICA - BASTIDORES - RAIMUNDO BORGES - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 18 (9 x 2 col)

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO LUÍS (...)

- As eleições municipais de São Luís ainda nem têm os candidatos deputados à Câmara de Vereadores, mas na Casa já se especula sobre os nomes dos que poderão ser mais votados e quem, entre estes, poderá ser o presidente. Uma coisa, porém, não parece estar nos planos de nenhum: a recondução do vereador Isaías Pereirinha, que está no quinto mandato de presidente da Câmara.
- Até agora nenhuma pessoa de bom senso foi capaz de explicar as razões pelas quais procuradores federais e promotores estaduais de justiça se ombrearam para impedir que a Prefeitura de São Luís construa o término da Avenida Litorânea, com o acesso à Avenida dos Holandeses, perto do retorno do Olho d'Água.
- A obra é fundamental para a cidade, pela importância ao trânsito caótico da região, mas o Ministério Público parece que resolveu medir força, simplesmente para mostrar poder. O argumento relativo ao meio ambiente não resiste a qualquer análise técnica. A cidade é que está perdendo, pois a obra da Litorânea foi anunciada desde a campanha do atual prefeito e até hoje enfrenta processos e embargos na Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O QUARTO PODER 1º CADERNO - ÚLTIMAS - PAG.: 08

NEUTRA - CM.: 18 (9 x 2 col)

DENARC CUMPRE MANDADO DE PRISÃO NO BAIRRO DA AREINHA

Denarc cumpre mandado de prisão no Bairro da Areinha

Policiais civis do Departamento de Narcóticos (Denarc) cumpriram, nesta quinta-feira (10), mandado judicial contra um homem por praticar a comercialização de entorpecentes na Região Metropolitana de São Luís.

O mandado em desfavor de Cassimiro Pinheiro Evangelista Neto, 39 anos, o 'Miro', foi cumprido pelos agentes em sua residência localizada no Bairro da Areinha. O mandado de prisão por sentença condenatória, por tráfico, foi expedido pelo juiz titular da 1° Vara de Entorpecentes, Itaércio Paulino da Silva.

Cassimiro Pinheiro Evangelista Neto foi conduzido para as dependências do Denarc, sendo apresentado ao delegado Claudio Mendes para os procedimentos formais. Em seguida encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O QUARTO PODER 1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 6 (2 x 3 col) PRORROGADAS INSCRIÇÕES DO CASAMENTO COMUNITÁRIO

Prorrogadas inscrições do casamento comunitário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O QUARTO PODER 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 07 POSITIVA - CM.: 32 (8 x 4 col)

PRORROGADAS INSCRIÇÕES DO CASAMENTO COMUNITÁRIO

Casamento comunitário

Corregedoria prorroga inscrições

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) prorrogou, até o dia 18, as inscrições para o casamento comunitário a ser realizado em junho, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Bacanga). Por razões operacionais, a cerimônia, anteriormente marcada para o dia 9, foi transferida para o

dia 30 de junho.

Os interessados em se inscrever para o evento devem se dirigir ao Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), no horário das 8h às 18h, onde uma equipe de servidores do Poder Judiciário e funcionários do cartório efetua as inscrições. Podem se inscrever casais de toda

a região metropolitana de São Luís, São José de Ribamar e Raposa.

Para as inscrições, no caso de solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original), comprovante de residência e cópia autenticada da Carteira de Identidade. Para divorciados, além dos docu-

mentos citados é exigida ainda certidão de casamento com averbação do divórcio (original) e partilha de bens (se houver), enquanto que para os viúvos, são necessárias certidões de casamento e de óbito (original). Duas testemunhas e o casal para assinar são exigidos em todos os casos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O QUARTO PODER 1º CADERNO - MUNICÍPIOS - PAG.: 06

NEUTRA - CM.: 84 (21 x 4 col)

VILA NOVA DOS TRABALHADORES - TRABALHADORES RURAIS PODEM SER DESPEJADOS

Vila Nova dos Martírios

Trabalhadores rurais podem ser despejados

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Assembleia Legislativa promoveu, na cidade de Vila Nova dos Martírios, uma audiência pública para discutir o despejo das famílias ribeirinhas ameaçadas pelos empreendimentos da Vale e da Suzano.

O evento foi realizado, na manhă desta quinta-feira (10), no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O presidente da Comissão, deputado Bira do Pindaré (PT) presidiu a audi-

éncia ao lado do autor do requerimento para realização do espaço, deputado Antonio Pereira (DEM); Wellington Pinto (prefeito do município); João Pinto (ex-prefeito); Maria Sousa (presidente da Câmara de Vereadores); Amadeus Pereira (advogado dos posseiros); Natal Silva (presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais e Francisco de Souza (representante da igreja católica).

Vila Nova dos Martírios vive uma situação de grave conflito fundiário. Cerca de 60 familias das comunidades "Deus Proteja" e Cuverlândia, posseiros das terras há mais de 30 anos, estão sendo despejados injustamente. Os trabalhadores alegam que representantes da empresa Suzano reclamaram a posse da terra e invadiram sem aviso e sem conceder compensação aos agricultores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que as grandes empresas trouxeram muitos danos a população rural. "Eles não nos respeitaram e expul-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL O QUARTO PODER 1º CADERNO - MUNICÍPIOS - PAG.: 06

NEUTRA - CM.: 84 (21 x 4 col)

VILA NOVA DOS TRABALHADORES - TRABALHADORES RURAIS PODEM SER DESPEJADOS

Esta reunião servirá para sensibilizar as autoridades da situação deste povo", cobrou Amadeus.

O deputado Antonio Pereira destacou a importância da audiência pública e da iniciativa da Assembleia Legislativa em ouvir os problemas do povo e dos trabalhadores de Vila Nova dos Martírios. Para ele este instrumento da Casa Legislativa é fundamental na resolução deste impasse com a Suzano.

Bira do Pindaré garantiu

que o trabalho da Comissão saram todo mundo de suas de Direitos Humanos é me- casas. Destruíram nossas diar os conflitos e no caso de plantações", protestou. Vila Nova é abrir as portas para a Vale e para a Suzano, gado dos posseiros, o Incra assim como para o povo. e o Ibama, que teoricamente Como encaminhamentos da audiência: a CDH vai requerer informações oficiais do judiciário sobre a situação dos processos litigiosos; requerer do Incra, Ibama e Iterma procedimentos pela demarcação das terras; convidar a Vale e a Suzano para uma reunião na Assembleia com maior celeridade possível.

De acordo com o advoseriam os órgãos responsáveis pela regulamentação e demarcação das terras, não ajudam e acabam multando os trabalhadores por permanecerem nas terras.

"O Incra e o Ibama multaram a associação dos moradores em R\$ 50 mil. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário não podem se omitir.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 011

POSITIVA - CM.: 116 (29 x 4 col)

PRESOS DO MARANHÃO CONTAM COM ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NO PROCESSO DE

RESSOCIALIZAÇÃO

Presos do Maranhão contam com assistência psicológica no processo de ressocialização

O sistema prisional do Maranhão conta com assistência psicológica para o processo de ressocialização dos detentos, por meio de ação da Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap). O trabalho tem à frente o coordenador de Assistência Psicológica da Sejap, Ângelo Augusto de Macedo Santos, com atuação de quatro psicólogos na capital e dois no interior do estado, além do acompanhamento dos casos por acadêmicos da Universidade Uniceuma.

"O principal da assistência psicológica é o auxílio ao preso de Justiça no processo de ressocialização, que é um momento difícil para quem quer voltar ao convívio social", ressaltou Ângelo Augusto de Macedo Santos. Ele assinalou que a Lei de Execução Penal (LEP - n° 7.210/1984) não coloca o serviço como dever do Estado, mas a Sejap decidiu englobá-la dentro de ação que abrange os serviços de assistência material, à saúde, jurídica, educacional e religiosa.

Nas unidades, os psicólogos atuam como facilitadores do processo de inserção à instituição; atendimentos individualizados; grupos terapêuticos funcionais com temáticas variadas.

No âmbito do Sistema Prisional, a psicologia é adotada e reconhecida pelo Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Organizações Unidas (ONU), pelo Ministério da Justiça, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O trabalho da Assistência Psicológica não é voltado diretamente para casos de transtornos mentais, mas para dar suporte à Assistência Social e a Assistência à Saúde que atuam nesse setor. "Apesar de o corpo técnico ser pequeno, conseguimos realizar as atividades com êxito. Nossa expectativa é de continuar desenvolvendo um trabalho permanente", disse Ângelo Macedo Santos.



Acadêmicos realizam atendimento com internos

No processo de atendimento, o juiz, antes de conceder benefícios ao preso, solicita uma avaliação psicológica do interno. As empresas parceiras da Sejap pedem uma avaliação antes de ceder oportunidade de emprego aos detentos.

Entre as parceiras na atualidade estão às empresas Lua Nova, de construção civil; a Lavatec (que oferecem trabalhos externos em São Luís); Sabão Garoto (no município de Pedreiras); e L. Peças e Bondin (que patrocinam o projeto Raiar da Liberdade, no Presídio São Luís e na Penitenciária de Imperatriz).

De acordo com Ângelo Macedo Santos, o trabalho é realizado na Casa de Albergue Masculino, no Bairro Monte Castelo; na Penitenciária de Pedrinhas; no Presídio São Luís; na Central de Custódia de Presos de Justica do Anil (CCPJ), onde há psicólogo dentro da Unidade Prisional. Também ocorre na Penitenciária Feminina, no Presídio São Luís 2 e na CCPJ de Pedrinhas.

Parceria - Em setembro de 2011, a Sejap selou uma parceria com a Universidade Uniceuma, para alunos do curso de psicologia conhecer a realidade dos presídios no Maranhão. Inicialmente, os acadêmicos visitam os prédios das Unidades Prisionais para saber como é desenvolvido o trabalho de ressocialização, depois decidem se querem ou não atuar dentro das unidades prisionais com a realização de estágios curriculares ou com trabalho voluntário para conciliar o conhecimento técnico com a prática.

"É extremamente importante a inserção do meio acadêmico com a realidade prisional, pois isso facilita o processo futuro, por que vamos ter novos psicólogos saindo no mercado com conhecimento agregado voltado à realidade prisional", contou o coordenador de Assistência Psicológica Ângelo Macedo Santos. Os universitários têm o trabalho

coordenado pelo professor universitário, supervisor técnico, psicólogo da unidade prisional e pelo coordenador de Assistência Psicológica.

Com apoio da equipe, os alunos acompanham os trabalhos de acolhimento dos internos, dinâmicas grupais, palestras educativas, avaliações psicológicas, anamnese psicológica (estudo do histórico do indivíduo). O estágio curricular tem a carga horária de 30h a 60h, mesma carga horária para os trabalhos voluntários desenvolvidos nas unidades prisionais.

Terapia ocupacional – O termo laborterapia, historicamente, tem o caráter de um tratamento psiquiátrico que mantém e exercita a capacidade produtiva do interno nas instituições auxiliares.

Além da ocupação do termo ocioso, pretende-se que os produtos das oficinas sejam preferencialmente vendáveis de modo a contribuir com a manutenção institucional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL PEQUENO

1º CADERNO - POLITICA - INFORME JP - MIUDINHAS - PAG.: 03

POSITIVA - CM.: 6 (3 x 2 col)

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA REUNIU (...)

- ** O Tribunal de Justiça reuniu centenas de servidoras para manhã festiva nesta quinta-feira (10), no seu auditório, antecipando as comemorações pelo Dia das Mães, com distribuição de prêmios e show musical da vocalista Teresa Canto.
- O presidente Guerreiro Júnior e a vice-presidente Maria dos Remédios Buna acompanharam o evento desde o início.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 42 (21 x 2 col)

INFORMAÇÕES DO TJ IRÃO AUXILIAR NA APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA

Informações do TJ irão auxiliar MPE na aplicação da Lei da Ficha Limpa

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, garantiu ao procurador regional eleitoral, Marcílio Nunes Medeiros, que vai auxiliar o Ministério Público Eleitoral com o fornecimento da lista de condenados em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão colegiado desde julho de 2004, ou que encerraram o cumprimento da pena nesse mesmo período, conforme solicitação do órgão.

solicitação do órgão.

"O Poder Judiciário está à disposição do Ministério Público Eleitoral no sentido de dar transparência às informações. Vou encaminhar a recomendação aos juízes com urgência e orientá-los no sentido de que a sigam à risca zelando pelo êxito das eleições com o cumprimento da Lei da Ficha Limpa", disse o Guerreiro Júnior, em reunião com o procurador nesta quinta-feira.

Durante o encontro, procurador solicitou também a Guerreiro Júnior lista com identificação completa das pessoas punidas e cópia da decisão judicial que determinou a sanção, nos casos de inelegibilidade estabelecidos em lei.

Além dos crimes eleitorais com pena privativa de liberdade, o Ministério Público Eleitoral a lista inclui os crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o patrimônio público, o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais, os previstos na lei que regula a falência, o meio ambiente e a saúde pública.

Relaciona ainda os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de tráfico de entorpecentes e drogas, de abuso de autoridade nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação par ao exercício de função pública, de racismo, tortura, terrorismo e hediondos, trabalho escravo, contra a vida e a dignidade sexual, e aqueles praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Dentre outras informações, foram requeridos ainda pelo Ministério Público Eleitoral os nomes das pessoas condenadas à suspensão dos direitos políticos, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio e enriquecimento ilícito; dos magistrados aposentados compulsoriamente por sanção legal, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar e dos militares declarados indignos do oficial ato ou com ele incompatíveis.

Não foi fixado prazo para a

Não foi fixado prazo para a resposta do Tribunal de Justiça, no entanto a legislação determina ao Ministério Público Eleitoral que, em cinco dias – a partir de 5 de julho – faça as impugnações de candidaturas.

Impugnação — O material coletado será entregue aos promotores eleitorais atuantes nos municípios para que, caso alguma pessoa objeto das ações judiciais venha a se candidatar, o promotor faça a devida impugnação do registro da candidatura, e impeça a sua participação no processo eleitoral.

"O quanto antes tivermos de posse desses dados, melhor para efetuarmos as impugnações de candidaturas no prazo devido. Não é interessante para a sociedade, nem para os juízes, que algum potencial candidato que incida na lei da ficha limpa consiga se candidatar ou se eleger", alertou o procurador.

Quanto à inelegibilidade de gestores municipais que tiveram a prestação de contas rejeitadas pelo tribunal de Contas do Estado, alvo de controvérsia, o procurador esclareceu que, no entendimento do Ministério Público Eleitoral, a decisão resultante do julgamento do TCE é suficiente para gerar a inelegibilidade prevista na lei da ficha limpa.

A efetividade da lei como instrumento de moralização do acesso aos cargos públicos requer a obtenção de uma série de informações dos mais variados órgãos, tribunais de Justiça, tribunais federais, auditorias militares, tribunais de contas dos estados e conselhos de classe, levantamento que está sendo feito pelo Ministério Público Eleitoral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 02 POSITIVA - CM.: 9 (9 x 1 col) JUIZADOS DO ANIL FECHADOS

Juizados do Anil fechados

O 11º Juizado Especial Cível e o 2º Juizado Especial Criminal, que funcionam em prédio no Anil, não funcionaram ontem nem funcionarão hoje. A suspensão do atendimento ocorre para que os problemas na rede elétrica sejam definitivamente solucionados.

Ainda na segunda-feira (7), quando o atendimento teve que ser suspenso porque o prédio ficou sem energia elétrica, técnicos da Cemar identificaram um curto-circuito no medidor de energia do prédio. A Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça enviou uma equipe ao local para trabalhar com os técnicos da Cemar e conseguiram, ainda na terça-feira, restabelecer o fornecimento de energia, parcialmente.

Como o problema com rede elétrica persiste, impedindo até que funcionários não consigam ligar computadores, as equipes trabalharão para deixar toda a rede elétrica do prédio em pleno funcionamento. Mais uma vez, a Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais pede a compreensão de advogados e cidadãos que utilizamos serviços da unidade judicial.



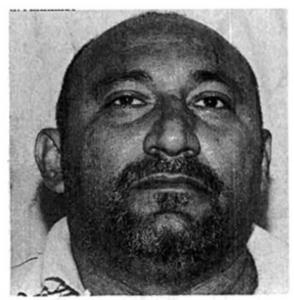
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11/05/2012 - JORNAL PEQUENO

1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 16

POSITIVA - CM.: 13 (13 x 1 col)

TRAFICANTE CONDENADO A SETE ANOS DE PRISÃO É PRESO NO B. DE FÁTIMA



Miro é um traficante de porte médio, segundo a polícia

Traficante condenado a sete anos de prisão é preso no B. de Fátima

Cassimiro Pinheiro Evangelista, de 38 anos, conhecido como "Miro", foi preso na manhã de ontem (10), no Bairro de Fátima, em virtude de um mandado de sentença condenatória pelo crime de tráfico de drogas, ocorrido em 2010. Ele estava numa oficina de automóveis quando foi capturado por Investigadores do Departamento Estadual de Combate a Narcóticos (Denarc), com apoio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). O juiz Itaercio Paulino da Silva, titular da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital, expediu um mandado que determina sete anos de reclusão para Cassimiro Evangelista.

Segundo a polícia, o condenado é muito conhecido no Bairro de Fátima por traficar drogas. Ele foi conduzido ao prédio do Denarc, em seguida levado para o Centro de Triagem em Pedrinhas. (Por Valquíria Ferreira)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 11/05/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 11 POSITIVA - CM.: 10 (5 x 2 col)

CEDRAL E BACURI EM FESTA COM CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

Cedral e Bacuri em festa com casamentos comunitários

Hoje e amanhã (10 e 11), as comarcas de Cedral e Bacuri estarão em festa com a realização de Casamentos Comunitários. Serão três cerimônias nestes dois dias, que oficializarão a união de mais de 100 casais da Baixada Maranhense.

A primeira cerimônia ocorrerá na cidade de Cedral, às 16h, de hoje. A juíza Marcela Lobo, titular da comarca, comandará a cerimônia que será realizada no Centro Cultural Jadeline Gonçalves. Serão 67 casais firmando compromisso perante a Justiça.

Amanhã, pela manhã, a cerimônia ocorrerá no município de Porto Rico do Maranhão, Termo Judiciário da Comarca de Cedral. A juíza Marcela Lobo unirá 53 casais, às 9h, na Praça da Bíblia. O Casamento Comunitário terá a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, que fez questão de participar da festa.

O corregedor-geral Cleones Cunha também estará presente na terceira cerimônia de Casamento Comunitário que será realizada esta semana na Baixada, no município de Apicum-Açu. A festa será comandada pelo juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da Comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é Termo Judiciário. Lá, serão, aproximadamente, 40 casais. A cerimônia ocorrerá no Clube Social do município.